

Segurança dos Doentes

O PE exorta os Estados-Membros a assegurarem, neste período de crise económica, que a segurança dos doentes não seja afetada pelas medidas de austeridade e **que os sistemas de saúde continuem a ser financiados adequadamente**. Destaque dado à segurança dos pacientes, a prevenção e o controlo de infeções associadas aos cuidados de saúde, o impacto das medidas de austeridade nesta área e a resistência aos antibióticos

ver pág. 6

Política de Defesa

O Parlamento Europeu aprovou um relatório de Ana Gomes que insta os Estados-Membros da UE a implementarem integral e corretamente as duas diretivas europeias sobre **aquisição de material de defesa e de transferências intracomunitárias de material militar** e apela a uma maior articulação das políticas de defesa dos 28.

ver pág. 11

Licença de Maternidade

Os eurodeputados apelaram ao Conselho de Ministros da UE que retome as negociações sobre a proposta de diretiva relativa à **licença de maternidade** e à Comissão que tente conciliar as posições do Parlamento Europeu e dos governos nacionais. Caso o texto seja retirado, os deputados querem que a Comissão apresente uma nova iniciativa

ver pág. 7

em destaque:

Ajuda ao Desenvolvimento

O Parlamento Europeu aprovou um relatório de Pedro Silva Pereira que **insta os países da UE a reconfirmar o compromisso de afetar 0,7% do rendimento nacional bruto à ajuda pública ao desenvolvimento** e a definir um calendário credível até 2020 para atingir esta meta. Este documento é o contributo do PE para a definição da posição negocial da UE na Terceira Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento, que terá lugar em Adis Abeba, na Etiópia, de 13 a 16 de julho.

O relatório defende a reconfirmação do compromisso de afetar 0,7% do rendimento nacional bruto (RNB) à ajuda pública ao desenvolvimento e a definição de um calendário credível, até 2020, para alcançar esta meta, a atribuição de 50% desta ajuda, pelo menos 0,2% do RNB, aos países menos desenvolvidos, a mobilização dos recursos domésticos dos países em desenvolvimento, que exige sistemas fiscais mais justos e eficientes, mais combate à fuga e à evasão fiscais, mais cooperação fiscal internacional, e a promoção do alinhamento efetivo do sector privado com os objetivos de desenvolvimento sustentável.

"Nós podemos exigir mais dos outros, dos países emergentes, dos outros parceiros internacionais, dos países em desenvolvimento, mas também podemos e devemos exigir mais de nós próprios, porque os desafios interpelam os nossos valores e porque estamos aquém dos compromissos que assumimos, designadamente com os 0,7% de apoio ao desenvolvimento. E sem ambição na Conferência de Adis Abeba, sem um financiamento adequado, os objetivos de desenvolvimento sustentável, por muito bonitos que sejam, não sairão do papel", afirmou o relator Pedro Silva Pereira.

Carlos Coelho afirmou: *" Apoio este Relatório por considerar vital reconfirmar o compromisso de afetar 0,7% do rendimento nacional bruto à ajuda pública ao desenvolvimento. Recordo que devem também ser envidados esforços na gestão dos recursos financeiros, no combate à corrupção e à evasão fiscal nos países afetados e que uma ajuda ao desenvolvimento deve sempre ser matizada por princípios de boa governação e proteção dos direitos humanos, com especial enfoque para os grupos mais vulneráveis"*.

ver pág. 3

Índice

Ajuda ao desenvolvimento: Parlamento Europeu quer compromisso financeiro sério dos Estados-Membros e papel de liderança da UE na Conferência de Adis Abeba.....	3
Segurança dos doentes não deve ser afetada pelas medidas de austeridade, diz Parlamento Europeu.....	6
Licença de maternidade: eurodeputados urgem governos nacionais a desbloquear proposta.....	7
Minerais de conflito: Parlamento Europeu quer sistema de certificação obrigatório para todos os importadores da UE.....	9
Parlamento Europeu apela à articulação das políticas de defesa e à partilha de recursos militares na UE.....	11
Ordem do dia da Sessão.....	13

Siglas dos Grupos Políticos:

PPE- Partido Popular Europeu
S&D- Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas
ALDE- Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa
Verdes/ALE- Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia
CRE- Conservadores e Reformistas Europeus
CEUE/EVN- Confederação da Esquerda Unitária Europeia / Esquerda Verde Nórdica
ELDD- Europa da Liberdade e da Democracia Directa

Responsável: Fernando Vaz das Neves

Fontes:

Serviço de Imprensa do PE

Serviço de Imprensa do GEPSD

site www.carloscoelho.eu

Ajuda ao desenvolvimento: Parlamento Europeu quer compromisso financeiro sério dos Estados-Membros e papel de liderança da UE na Conferência de Adis Abeba

O Parlamento Europeu aprovou um relatório de Pedro Silva Pereira que insta os países da UE a reconfirmar o compromisso de afetar 0,7% do rendimento nacional bruto à ajuda pública ao desenvolvimento e a definir um calendário credível até 2020 para atingir esta meta. Este documento é o contributo do PE para a definição da posição negociada da UE na Terceira Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento, que terá lugar em Adis Abeba, na Etiópia, de 13 a 16 de julho.

O relatório defende a reconfirmação do compromisso de afetar 0,7% do rendimento nacional bruto (RNB) à ajuda pública ao desenvolvimento e a definição de um calendário credível, até 2020, para alcançar esta meta, a atribuição de 50% desta ajuda, pelo menos 0,2% do RNB, aos países menos desenvolvidos, a mobilização dos recursos domésticos dos países em desenvolvimento, que exige sistemas fiscais mais justos e eficientes, mais combate à fuga e à evasão fiscais, mais cooperação fiscal internacional, e a promoção do alinhamento efetivo do sector privado com os objetivos de desenvolvimento sustentável.

"O meu relatório propõe, sem ambiguidades, que o Parlamento Europeu faça uma escolha, tome uma posição clara e dirija uma mensagem política forte à Comissão, ao Conselho, aos Estados-Membros sobre o papel de liderança e de responsabilidade que a União Europeia deve ter nas negociações que terão lugar na Terceira Conferência Internacional sobre o Financiamento do Desenvolvimento, em Adis Abeba, já no próximo mês de julho", disse Pedro Silva Pereira (S&D) no debate em plenário.

"Depois do drama que vivemos e a que assistimos no Mediterrâneo, a cooperação para o desenvolvimento com os países de origem dos fluxos migratórios, dos refugiados verdadeiramente desesperados, lembra-nos também a urgência de levarmos a sério este compromisso com os objetivos do desenvolvimento, mas não haverá um compromisso sério sem instrumentos de financiamento à altura dos nossos valores e à altura das nossas responsabilidades", afirmou o eurodeputado português.

"Nós podemos exigir mais dos outros, dos países emergentes, dos outros parceiros internacionais, dos países em desenvolvimento, mas também podemos e devemos exigir mais de nós próprios, porque os desafios interpelam os nossos valores e porque estamos aquém dos compromissos que assumimos, designadamente com os 0,7% de apoio ao desenvolvimento. E sem ambição na Conferência de Adis Abeba, sem um financiamento adequado, os objetivos de desenvolvimento sustentável, por muito bonitos que sejam, não sairão do papel", concluiu.

O relatório foi aprovado em plenário por 582 votos a favor, 79 contra e 28 abstenções.

Intervenção de eurodeputados portugueses:

Carlos Coelho (PPE) *"O ano corrente vai ser da maior importância na agenda para o Desenvolvimento com a adoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que deverão orientar as políticas nacionais e as atividades de cooperação internacional nos próximos quinze anos, sucedendo aos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, com a adoção do acordo sobre uma ação mundial contra as alterações climáticas e a Conferência Internacional sobre o Financiamento do Desenvolvimento, que vai permitir estabelecer metas e planos de financiamento e execução da Agenda pós-2015.*

Tal como no passado, cumpre à União Europeia ter um papel de relevo nestas negociações e estar no pelotão da frente na condução do novo processo de financiamento do desenvolvimento.

Apoio este Relatório por considerar vital reconfirmar o compromisso de afetar 0,7% do rendimento nacional bruto à ajuda pública ao desenvolvimento e de se insistir numa parceria com outros parceiros públicos e privados neste desiderato mundial.

Recordo que, paralelamente a uma mobilização de recursos, devem também ser envidados esforços na gestão dos recursos financeiros, no combate à corrupção e à evasão fiscal nos países afetados e que uma ajuda ao desenvolvimento deve sempre ser matizada por princípios de boa governação e proteção dos direitos humanos, com especial enfoque para os grupos mais vulneráveis".

Pedro Silva Pereira (S&D), relator *"Senhor Presidente, Comissários, Caros Colegas, o relatório sobre financiamento do desenvolvimento pós-2015, que hoje aqui apresento e que amanhã será votado, é o resultado de um intenso e produtivo debate político neste Parlamento, que beneficiou de uma participação muito relevante das organizações não governamentais e da sociedade civil.*

O largo consenso alcançado na Comissão do Desenvolvimento, e que espero ver reforçado na votação de amanhã em plenário, só foi possível graças ao esforço de compromisso de todos os grupos políticos e, por isso, as minhas primeiras palavras são para agradecer o contributo de todos os colegas, em especial dos shadow rapporteurs, e também o apoio empenhado que sempre tivemos da Presidente da Comissão DEVE, Linda McAvan.

Sabemos que, muitas vezes, o preço dos compromissos alargados é a irrelevância política. A experiência diz-nos que a procura de um mínimo denominador comum leva, frequentemente, a proclamações vazias, à simples afirmação de princípios gerais sem implicações práticas. E, no fim, estamos todos mais ou menos de acordo, vamos para casa satisfeitos porque cada um lê no texto aquilo que mais lhe convém.

Felizmente, não é esse o caso deste relatório. O meu relatório propõe, sem ambiguidades, que o Parlamento Europeu faça uma escolha, tome uma posição clara e dirija uma mensagem política forte à Comissão, ao Conselho, aos Estados-Membros sobre o papel de liderança e de responsabilidade que a União Europeia deve ter nas negociações que terão lugar na 3.ª Conferência Internacional sobre o Financiamento do Desenvolvimento, em Adis Abeba, já no próximo mês de julho.

É verdade que os novos desafios que enfrentamos são difíceis e colocam de maneira diferente a responsabilidade partilhada que já se colocava no Consenso de Monterrey, em 2002.

Mas do que se trata agora é de coisas muito concretas:

- em primeiro lugar, que a União Europeia reconfirme, com urgência, o compromisso de afetar 0,7% do Rendimento Nacional Bruto à ajuda pública ao desenvolvimento. Não pode haver mais atrasos nem desculpas porque não haverá liderança pelo exemplo em Adis Abeba sem esse compromisso;

- em segundo lugar, que a União Europeia dê credibilidade ao seu compromisso e assuma um calendário de cumprimento dessa meta financeira até 2020;

- em terceiro lugar, que 50% desta ajuda, pelo menos 0,2% do Rendimento Nacional Bruto, sejam reservados aos países menos desenvolvidos e, porque seria um erro grave minimizar a importância da ajuda pública ao desenvolvimento, é preciso fazer o que há para fazer.

Há outros temas em cima da mesa e que serão discutidos em Adis Abeba e são igualmente muito importantes: a mobilização dos recursos domésticos dos países em desenvolvimento, que exige sistemas fiscais mais justos e eficientes, mais combate à fuga e à evasão fiscais,

mais cooperação fiscal internacional, incluindo através de um organismo intergovernamental para a cooperação fiscal no âmbito das Nações Unidas.

E também é muito importante que o sector privado esteja mais alinhado com os objetivos do desenvolvimento sustentável, com um quadro regulamentar que o favoreça e também com instrumentos financeiros e estruturas de incentivos que garantam esse alinhamento.

Sr. Presidente, depois do drama que vivemos e a que assistimos no Mediterrâneo, a cooperação para o desenvolvimento com os países de origem dos fluxos migratórios, dos refugiados verdadeiramente desesperados, lembra-nos também a urgência de levarmos a sério este compromisso com os objetivos do desenvolvimento, mas não haverá um compromisso sério sem instrumentos de financiamento à altura dos nossos valores e à altura das nossas responsabilidades".

////////

Senhor Presidente, eu quero agradecer as palavras de apoio ao meu relatório dos colegas que participaram neste debate e quero também saudar a posição construtiva da Comissão Europeia e a comunicação que apresentou e reconhecer o empenho pessoal do Comissário Mimica. Nós sabemos bem que a resistência a compromissos financeiros concretos vem do Conselho e dos Estados-Membros, não vem tanto da Comissão.

Mas há no relatório uma mensagem política clara. Na posição da União Europeia para a Conferência sobre financiamento do desenvolvimento nota—se, até aqui, uma certa falta de compromisso quanto às metas financeiras. E é essa falta de compromisso quanto às metas financeiras e ao seu calendário que esperamos seja corrigida, se possível já na próxima reunião do Conselho.

A posição política que o Parlamento vai votar é nesse sentido e nós esperamos que a Comissão e o Conselho a possam tomar em conta.

Depois, queria sublinhar que nós podemos exigir mais dos outros, dos países emergentes, dos outros parceiros internacionais, dos países em desenvolvimento, mas também podemos e devemos exigir mais de nós próprios, porque os desafios interpelam os nossos valores e porque estamos aquém dos compromissos que assumimos, designadamente com os 0,7% de apoio ao desenvolvimento.

E sem ambição na Conferência de Adis Abeba, sem um financiamento adequado, os objetivos de desenvolvimento sustentável, por muito bonitos que sejam, não sairão do papel.

É esse o desafio que temos diante de nós, estarmos à altura das nossas responsabilidades e estarmos à altura dos nossos valores".

João Ferreira (CEUE/EVN) *"Senhor Presidente, as relações de interdependência assimétrica, típicas do capitalismo global, são geradoras de um desenvolvimento desigual à escala global. A fratura Norte-Sul é, provavelmente, a mais óbvia e viva expressão dessa desigualdade, não a única. Com a desigualdade económica, vem a dependência e a subordinação políticas.*

São diversos os instrumentos que promovem este ciclo de empobrecimento, dependência e subordinação crescentes. É o caso da dívida externa, várias vezes paga e, não obstante, sempre crescente. Não haverá política de cooperação para o desenvolvimento séria nem eficaz sem abordar esta questão, nem sem o imprescindível cancelamento desta dívida e dos mecanismos que a sustentam.

Não se trata de solidariedade, trata-se sim de uma questão de elementar justiça.

Em nome da dívida, as intervenções do FMI e do Banco Mundial debilitam, profundamente, as já frágeis economias dos países em desenvolvimento e promovem a drenagem de

recursos endógenos para os ditos doadores, recursos que chegam a ultrapassar os montantes da ajuda pública ao desenvolvimento, assim acentuando a desigualdade.

A ajuda pública ao desenvolvimento é crucial e deve aumentar, de acordo até com compromissos internacionais assumidos mas não cumpridos, mas ela não é suficiente por si só e não pode servir de biombo para esconder os efeitos desastrosos de políticas sectoriais, assentes no protecionismo dos ricos, na liberalização do comércio, na desregulação do sistema financeiro, nos paraísos fiscais, nem tão pouco para exportar e impor modelos de organização económica e política que, tantas vezes, desrespeitam a soberania, as necessidades e as legítimas opções dos países em desenvolvimento."

Segurança dos doentes não deve ser afetada pelas medidas de austeridade, diz Parlamento Europeu

A segurança dos pacientes, a prevenção e o controlo de infeções associadas aos cuidados de saúde, o impacto das medidas de austeridade nesta área e a resistência aos antibióticos são alguns dos temas abordados num relatório aprovado pelo Parlamento Europeu. Os eurodeputados exortam os Estados-Membros a assegurarem, neste período de crise económica, que a segurança dos doentes não seja afetada pelas medidas de austeridade e que os sistemas de saúde continuem a ser financiados adequadamente.

"As medidas de austeridade não podem ser impostas de maneira a afetar a segurança dos pacientes e do pessoal nos hospitais", disse o relator da comissão parlamentar do Ambiente e da Saúde Pública, Piernicola Pedicini (EFDD, IT).

"A atual crise económica exerce uma maior pressão nos orçamentos da saúde dos Estados-Membros, estando por isso a afetar a segurança dos doentes, uma vez que muitos Estados-Membros, em vez de abordarem a eficiência de forma adequada, reduziram os orçamentos e os níveis de pessoal dos seus sistemas de saúde, efetuando cortes drásticos", diz o relatório aprovado por 637 votos a favor, 32 contra e 10 abstenções.

O Parlamento Europeu exorta os Estados-Membros a "assegurarem, neste período de crise económica, que a segurança dos doentes não seja afetada pelas medidas de austeridade e que os sistemas de saúde continuem a ser financiados adequadamente e, em particular, a evitarem as medidas mais nocivas, tais como a poupança de curto prazo, que conduzirá a elevados custos a médio e longo prazo, e a concentrarem-se no contínuo desenvolvimento de sistemas de saúde de elevada qualidade e eficiência".

Os países da UE devem também garantir a existência de um número suficiente de profissionais de saúde especializados na prevenção e no controlo de infeções, assim como na higiene hospitalar, diz o relatório.

Estima-se que 8% a 12% dos pacientes admitidos em hospitais da UE sofram de eventos adversos enquanto recebem cuidados de saúde e que cerca de metade desses eventos poderiam ser evitados.

Uso responsável de antibióticos

Os eurodeputados apelam a um uso responsável e sensato de todos os agentes antimicrobianos, especialmente antibióticos, tendo em conta que a sua utilização inadequada para fins preventivos (inclusive nos hospitais) é uma das principais razões para o desenvolvimento da resistência.

Os Estados-Membros devem identificar "*objetivos quantitativos concretos e ambiciosos para a redução do uso de antibióticos*", diz o documento.

O Parlamento Europeu faz uma série de recomendações sobre o uso de antibióticos na medicina humana e veterinária, sublinhando a importância de promover a investigação e inovação nesta área.

Os eurodeputados solicitam também à Comissão que equacione a possibilidade de criar um enquadramento legislativo capaz de promover o desenvolvimento de novos antibióticos, por exemplo sob a forma de um instrumento que regule os antibióticos para uso humano análogo àquele que já foi proposto em relação aos antibióticos para uso animal.

Dados sobre as infeções associadas aos cuidados de saúde na UE

Em média, todos os anos na UE, um em cada 20 doentes hospitalizados é vítima de uma infeção associada aos cuidados de saúde (IACS), ou seja, 4,1 milhões de pacientes por ano.

37 mil pessoas morrem na sequência de uma IACS, de acordo com os dados do Centro Europeu de Prevenção e Controlo das Doenças.

As IACS constituem um grave problema de saúde pública nos Estados-Membros e representam um pesado ónus para os limitados orçamentos dos serviços de saúde, nota o Parlamento Europeu.

Intervenção de eurodeputados portugueses:

João Ferreira (CEUE/EVN) "*Senhor Presidente, melhorar a segurança dos pacientes e combater a resistência microbiana aos antibióticos devem ser objetivos candentes das políticas públicas de saúde. Três apontamentos breves sobre esta questão.*

Primeiro, o ataque aos sistemas públicos de saúde agrava e dificulta a resolução destes problemas. É no quadro de serviços de saúde de qualidade universais e gratuitos, com profissionais qualificados, com direitos e em número suficiente, que melhor pode ser adotada toda uma gama de práticas e procedimentos preventivos, tanto ao nível dos cuidados de saúde primários como ao nível hospitalar. Isto é só o contrário do que foi feito nos últimos anos. A situação piorou e muito e a União Europeia tem pesadas responsabilidades.

Segundo, as consequências do uso indiscriminado de antibióticos na pecuária devem ser inteiramente compreendidas e combatidas, o que exige uma profunda alteração dos modelos de produção vigentes e das políticas agrícolas e comerciais que lhes estão associadas.

Terceiro e último, é crucial intensificar os esforços de investigação e desenvolvimento de novos fármacos e fazê-lo disputando a primazia das multinacionais do medicamento neste domínio e reforçando as capacidades públicas".

Licença de maternidade: eurodeputados urge governos nacionais a desbloquear proposta

Os eurodeputados apelaram ao Conselho de Ministros da UE que retome as negociações sobre a proposta de diretiva relativa à licença de maternidade e à Comissão que tente conciliar as posições do Parlamento Europeu e dos governos nacionais. Caso o texto seja retirado, os deputados querem que a Comissão apresente uma nova iniciativa durante a presidência luxemburguesa do Conselho, no próximo semestre, para melhorar a saúde e a segurança das trabalhadoras grávidas, puérperas ou lactantes.

Numa resolução hoje aprovada por 419 votos a favor, 97 contra e 161 abstenções, o Parlamento Europeu insta os Estados-Membros a reatarem as negociações sobre a proposta de diretiva relativa à licença de maternidade e exorta a Comissão a desempenhar o papel de "mediador neutro" e a intervir de forma construtiva junto dos legisladores, a fim de conciliar as posições do Parlamento e do Conselho de Ministros da UE.

Os eurodeputados lamentam que o executivo comunitário possa vir a retirar a proposta de revisão da diretiva. Se este for realmente o caso, pedem-lhe que apresente uma nova iniciativa legislativa durante a presidência luxemburguesa do Conselho, "a fim de melhorar a saúde e a segurança das trabalhadoras grávidas, puérperas ou lactantes, abordando assim os desafios demográficos e, ao mesmo tempo, reduzindo a desigualdade entre homens e mulheres".

O Parlamento Europeu propõe também que seja elaborada uma diretiva distinta que estabeleça uma licença de paternidade paga de pelo menos dez dias úteis.

Contexto

A proposta relativa à licença de maternidade, que revê uma diretiva de 1992, foi apresentada pela Comissão Europeia em outubro de 2008, integrada num pacote de medidas para melhorar o equilíbrio entre a vida profissional e a vida familiar.

Em outubro de 2010, o PE aprovou a sua posição em primeira leitura sobre esta proposta, defendendo a extensão do período de licença de maternidade previsto na legislação europeia das atuais 14 para as 20 semanas (a Comissão propunha 18), pagas a 100%. Os eurodeputados propuseram também uma série de medidas para garantir os direitos das mulheres quando regressam ao trabalho e uma licença de paternidade de pelo menos duas semanas. A relatora da posição do PE foi a antiga eurodeputada portuguesa Edite Estrela.

Nos últimos cinco anos, o Conselho de Ministros da UE, que legisla em pé de igualdade com o PE nesta matéria, não avançou com o trabalho legislativo por falta de vontade política.

O plano de retirar a proposta faz parte do "Programa para a adequação e a eficácia da regulamentação" (REFIT), em que a Comissão anuncia as medidas que pretende tomar para simplificar ou retirar textos legislativos.

Intervenção de eurodeputados portugueses:

Inês Zuber (CEUE/EVN) *"Esta Resolução sobre a Directiva da Licença de Maternidade condena o bloqueio no Conselho no que respeita a este processo de revisão da Directiva, exorta a Comissão a desempenhar o papel de mediador e a intervir de forma construtiva junto dos legisladores, a fim de conciliar as posições do Parlamento e do Conselho, apela aos Estados-Membros para reatarem as negociações e reafirma a disponibilidade do Parlamento de pôr termo a este impasse através de negociações.*

A aprovação desta Resolução vai no sentido oposto ao da decisão da Comissão Europeia reafirmada no plenário do Parlamento Europeu de vir a retirar a proposta de revisão da diretiva, no quadro do exercício REFIT.

A concretizar-se esta decisão, será afectada a vida de milhões de mães trabalhadoras, que continuarão a ser discriminadas pelo facto de terem tido filhos e irá impossibilitar a concretização dos sonhos de muitas jovens famílias. Uma decisão que contrasta com a retórica oficial da União Europeia sobre a pretensa defesa da igualdade de direitos entre homens e mulheres, do direito à conciliação entre a vida profissional e familiar e do combate às desigualdades salariais (16,4% na UE; 15,7% em Portugal). Votámos a favor".

Minerais de conflito: Parlamento Europeu quer sistema de certificação obrigatório para todos os importadores da UE

O Parlamento Europeu aprovou alterações a uma proposta que visa dificultar o financiamento das atividades de grupos armados em zonas de conflito e de alto risco através da exploração e do comércio de minerais. Os eurodeputados querem que as obrigações em matéria de dever de diligência nas cadeias de aprovisionamento sejam aplicáveis "*a todos os importadores da União*" de estanho, tântalo, tungsténio e ouro, indo além do sistema de autocertificação proposto pela Comissão.

Os principais objetivos da proposta de regulamento são impedir que os lucros do comércio de minerais sejam utilizados para financiar conflitos armados, promover um aprovisionamento responsável destes minerais por parte das empresas e favorecer canais legítimos de comércio.

Os minerais em causa - estanho, tântalo, tungsténio, respetivos minérios e ouro - são utilizados, por exemplo, nas indústrias automóvel, de construção, elétrica e eletrónica, estando presentes em produtos de consumo utilizados por muitos europeus, como computadores, impressoras, máquinas de lavar e frigoríficos.

Sistema obrigatório para todos os importadores da UE

O Parlamento Europeu quer que as obrigações em matéria de dever de diligência nas cadeias de aprovisionamento sejam aplicáveis "*a todos os importadores da União*" que se aprovisionem em minerais e metais abrangidos por esta medida, indo além do sistema de autocertificação proposto pelo executivo comunitário e da posição da comissão parlamentar do Comércio Internacional. A alteração que estende o sistema a todos os importadores foi aprovada em plenário por 400 votos a favor, 285 contra e 7 abstenções.

O sistema da UE deverá ser baseado no Guia da OCDE sobre o Dever de Diligência, que visa assegurar a transparência e a rastreabilidade do aprovisionamento efetuado pelos importadores nas zonas de conflito ou de alto risco, a fim de minimizar ou de prevenir os conflitos violentos e as violações de direitos humanos, limitando as possibilidades de comercialização destes minerais e metais pelos grupos armados e forças de segurança.

As fundições e refinarias que transformam estes minerais e metais terão a obrigação de aplicar o sistema da UE em matéria de dever de diligência e submeter as suas práticas a uma auditoria independente efetuada por terceiros para constarem da lista de fundições e refinarias responsáveis, diz o texto aprovado em plenário. As fundições e refinarias são agentes essenciais da cadeia de aprovisionamento, uma vez que intervêm na fase de transformação dos minerais e dos seus concentrados. Estão, por isso, numa boa posição para recolher, comunicar e verificar as informações sobre a origem dos minerais e sobre os vários operadores responsáveis.

As empresas a jusante, como os fabricantes de componentes ou produtos, deverão "*tomar todas as medidas razoáveis para identificar e tratar os riscos na sua cadeia de aprovisionamento*" e ser "*sujeitas a uma obrigação de informação sobre as práticas de diligência devida para o aprovisionamento responsável*".

Cerca de 880 mil empresas europeias utilizam estanho, tântalo, tungsténio e ouro no fabrico de produtos de consumo.

O Parlamento Europeu quer que as PME que importam minerais e metais beneficiem de uma ajuda financeira através do programa COSME (programa da UE para a Competitividade das Empresas e das Pequenas e Médias Empresas).

Zonas de conflito e de alto risco

O sistema da UE, à semelhança do Guia da OCDE sobre o Dever de Diligência, deve cobrir todas as zonas de conflito e de alto risco (não apenas a região dos Grandes Lagos, mas outras que se encontrem nessa situação).

De acordo com a definição incluída pelos eurodeputados, estas são as "zonas em situação de conflito armado, com a presença de violência generalizada, colapso das infraestruturas civis, as zonas frágeis em situação de pós-conflito e as zonas com sistemas inexistentes de governação e segurança, como os Estados desestruturados, caracterizadas por violações generalizadas e sistemáticas dos direitos humanos, como definido no direito internacional".

Próximos passos

O Parlamento Europeu aprovou o texto emendado por 402 votos a favor, 118 contra e 171 abstenções. Decidiu, no entanto, adiar a votação da resolução legislativa (posição em primeira leitura) por 343 votos a favor, 331 contra e 9 abstenções para entrar em negociações informais com o Conselho de Ministros da UE com vista a alcançar um acordo sobre o texto final.

Esta proposta é um contributo da UE para os esforços internacionais no sentido de impedir que os lucros do comércio de minerais sejam utilizados para financiar conflitos armados em países ricos em recursos. As duas iniciativas mais conhecidas foram adotadas em 2011 e 2010, respetivamente o Guia da OCDE sobre o Dever de Diligência para Cadeias de Aprovisionamento Responsável de Minerais provenientes de Zonas de Conflito e de Alto Risco e a Secção 1502 da lei norte-americana «Dodd-Frank», que obriga as empresas no território dos EUA que utilizam minerais de conflito a declarar a sua proveniência e a exercer o dever de diligência.

Intervenção de eurodeputados portugueses:

João Ferreira (CEUE/EVN) "*A escassez persistente de matérias-primas a nível global está na origem de muitos conflitos internos, regionais, crimes contra a humanidade, ingerências, permanentes violações da sua soberania e integridade territorial dos Estados, quase sempre com a cumplicidade de organizações internacionais e potências estrangeiras – interessados em manter o controlo de recursos.*

Pese embora os limites óbvios de mecanismos deste tipo, admitimos poder ser pertinente discutir mecanismos de certificação de importadores de minerais provenientes de zonas de conflito e de alto risco, criando mecanismos de rastreabilidade que permitam identificar as matérias-primas originárias destas zonas.

A proposta original apenas contemplava uma parte dos minerais comercializados e não ia além do primeiro elo da cadeia de valor, esquecendo deliberadamente a miríade de produtos finais e intermédios onde estas matérias-primas são incorporadas. Uma proposta de alteração aprovada durante a votação (contra a posição da direita do parlamento e da Comissão Europeia) obviou estas limitações, alargando o leque de matérias-primas contempladas e abarcando outros elos da cadeia de valor, que ficam igualmente sujeitos a regras de rastreabilidade, assim se eliminando um cariz ineficaz e perverso da proposta original.

Apesar de se manterem outro tipo de limitações, votámos favoravelmente, valorizando estas alterações".

Parlamento Europeu apela à articulação das políticas de defesa e à partilha de recursos militares na UE

O Parlamento Europeu aprovou um relatório de Ana Gomes que insta os Estados-Membros da UE a implementarem integral e corretamente as duas diretivas europeias sobre aquisição de material de defesa e de transferências intracomunitárias de material militar e apela a uma maior articulação das políticas de defesa dos 28. Os desafios em matéria de segurança e defesa serão um dos temas centrais do Conselho Europeu de 25 e 26 de junho.

O relatório da eurodeputada portuguesa Ana Gomes (S&D) analisa o impacto da evolução dos mercados europeus de defesa nas capacidades de segurança e defesa na Europa. A diminuição da procura europeia devido aos cortes orçamentais, as crescentes dependências externas, o potencial das regras do mercado interno e a revisão do pacote sobre os contratos públicos no setor da defesa são alguns dos temas abordados no documento, aprovado por 386 votos a favor, 175 contra e 84 abstenções.

O Parlamento Europeu pede à Comissão que vigie a implementação das duas diretivas do mercado interno, no domínio da aquisição e das transferências de material e equipamento de defesa, e que exija o cumprimento destas regras por parte dos Estados-Membros. O PE destaca as "*oportunidades que a coordenação das políticas de defesa e a junção e partilha de recursos em matéria de defesa*" poderiam trazer à UE.

"No relatório de que sou autora exigimos uma mudança drástica de cultura dos nossos governos. É fundamental que os Estados-Membros, sob a orientação da Sra. Alta Representante [da UE para os Negócios Estrangeiros, Federica Mogherini], cooperem mais no domínio da aquisição de material e equipamento militares. É fundamental que articulem as suas políticas e opções de armamento. É fundamental que invistam no pooling e no sharing, e que seja traçado um plano de necessidades e objetivos, em matéria de equipamento militar conjunto, que responda, de facto, às necessidades e que nos permita, enquanto União, cumprir as nossas obrigações", disse Ana Gomes no debate em plenário.

"Para que tenhamos um mercado interno funcional nesta área, é crucial que se purguem as práticas corruptas e opacas que minam o sector, que vedam possibilidades de cooperação, de competição e desenvolvimento tecnológico e constituem, de resto, um mau retorno para o dinheiro dos contribuintes investido nos orçamentos nacionais de defesa", acrescentou.

Operação naval no Mediterrâneo

No debate, que se realizou na terça-feira à tarde, Ana Gomes referiu também a decisão do Conselho de criar uma operação naval da UE, no âmbito da Política Comum de Segurança e Defesa, para desmantelar as redes de passadores no Mediterrâneo, EUNAVFOR Med.

Para a eurodeputada, esta decisão "*é um passo decisivo e no bom sentido, mas tem de ser justificada pelo imperativo de salvar vidas*" e "*só depois para desmantelar as redes escravagistas que instrumentalizam as tragédias que impelem refugiados e imigrantes para a Europa*".

Para a EUNAVFOR Med estar operacional quanto antes, "*é preciso que os Estados-Membros disponibilizem os meios humanos e equipamentos, porque a União não tem recursos civis ou militares próprios*", sublinhou.

Execução e financiamento da Política Comum de Segurança e Defesa

O Parlamento Europeu aprovou também relatórios sobre a execução da Política Comum de Segurança e Defesa (relatório Danjean) e sobre o financiamento desta política (relatório Kukan/Tarand).

Os desafios em matéria de segurança e defesa serão um dos temas centrais do Conselho Europeu de 25 e 26 de junho, em Bruxelas.

Intervenção de eurodeputados portugueses:

Ana Gomes (S&D), relatora *"Madam President, I would like to thank the High Representative of the Union for Foreign Affairs and Security Policy, Ms Mogherini, for her substantive comments on our reports, and mine in particular on the Defence Markets Directive implementation. I would simply like to urge a strategic direction – in the College of the Commission as well – in implementing these Directives, in order to avoid totally contradictory decisions, such as Commissioner Vestager's recent one.*

On the implementation of these directives, which enable a country like mine, Portugal, to go on with the dismantling of crucial Portuguese shipyards that have been producing for our navy, and then rubber-stamping that in a very distorted interpretation of the Directive. They also allow, or give the 'Amen' of the Commission to the selling of critical defence technology companies or even critical infrastructure, such as the Port of Piraeus, to companies controlled by other foreign powers, namely China.

We in this Parliament definitely support your endeavours to push the Member States to deliver on the common financing of CSDP missions, namely military missions, because this is not just about facilitating fairer burden-sharing, it is about the only way to encourage the generational forces.

Equally important is overcoming the bureaucratic and political barriers which prevent cooperation between Member States and the Union, and even among EU specialised agencies, to ensure a more synergetic use, by civilian and military CSDP operations, of the existing capacities. Do you know, High Representative, that the European Maritime Safety Agency, which is based in Lisbon, is actually providing very crucial information for the Atalanta mission? It could also do this for the Mediterranean mission. Yet they do not have a mandate for that. Is this not stupid? Should we not actually acknowledge and actually make full potential of that contribution? Ultimately, I just want to make your point. Indeed, we need more defence, more European defence, because facing the challenges we have no single country"...

(The President cut off the speaker)

Ordem do dia 18 a 21 Maio de 2015

Segunda-feira, 18 de Maio

17:00 - 23:00

Reinício da sessão e ordem de trabalhos

Índices utilizados como índices de referência no quadro de instrumentos e contratos financeiros - Relatório: Cora van Nieuwenhuizen (A8-0131/2015)

Financiamento do desenvolvimento - Relatório: Pedro Silva Pereira (A8-0143/2015)

Acordos no setor do tabaco - Declaração da Comissão

Regras em matéria de IVA e minibalcões únicos do IVA para serviços digitais, livros e documentos na UE - Declaração da Comissão

Intervenções de um minuto (artigo 163.º do Regimento)

Breve apresentação dos seguintes relatórios:

Cuidados de saúde mais seguros na - Relatório: Piernicola Pedicini (A8-0142/2015)

Oportunidades de crescimento verde para as PME - Relatório: Philippe De Backer (A8-0135/2015)

Terça-feira, 19 de Maio

09:00 - 11:50

Autocertificação de importadores de certos minerais provenientes de zonas de conflito e de alto risco - Relatório: Iuliu Winkler (A8-0141/2015)

Decisão adotada sobre o mercado único digital - Declaração da Comissão

12:00 - 14:00 VOTAÇÃO

E Medidas de salvaguarda previstas no Acordo entre a Comunidade Económica Europeia e a Confederação Suíça - Relatório: Andrzej Duda (A8-0145/2015)

Convenção Europeia sobre a proteção jurídica dos serviços que se baseiem ou consistam num acesso condicional - Relatório: Pavel Svoboda (A8-0071/2015)

Pedido de levantamento da imunidade parlamentar de Viktor Uspaskich - Relatório: Laura Ferrara (A8-0149/2015)

Pedido de levantamento da imunidade parlamentar de Jérôme Lavrilleux - Relatório: Heidi Hautala (A8-0152/2015)

Pedido de levantamento da imunidade parlamentar de Janusz Korwin-Mikke - Relatório: Kostas Chrysogonos (A8-0150/2015)

Pedido de levantamento da imunidade parlamentar de Theodoros Zagorakis - Relatório: Andrzej Duda (A8-0151/2015)

Pedido de consulta do Comité Económico e Social Europeu sobre "Reforçar o funcionamento da União Europeia com base no potencial do Tratado de Lisboa"

Pedido de consulta do Comité Económico e Social Europeu sobre "Evoluções e adaptações possíveis da atual estrutura institucional da União Europeia"

Pedido de consulta do Comité das Regiões sobre "Reforçar o funcionamento da União Europeia com base no potencial do Tratado de Lisboa"

Pedido de consulta do Comité das Regiões sobre "Evolução e adaptações possíveis da atual estrutura institucional da União Europeia"

Índices utilizados como índices de referência no quadro de instrumentos e contratos financeiros - Relatório: Cora van Nieuwenhuizen (A8-0131/2015)

Financiamento do desenvolvimento - Relatório: Pedro Silva Pereira (A8-0143/2015)

Cuidados de saúde mais seguros na - Relatório: Piernicola Pedicini (A8-0142/2015)

Oportunidades de crescimento verde para as PME - Relatório: Philippe De Backer (A8-0135/2015)

15:00 - 23:00

Discussão conjunta - PCSD (art. 36.º TUE)

Execução da Política Comum de Segurança e Defesa - Relatório: Arnaud Danjean (A8-0054/2015)

Financiamento da Política Comum de Segurança e Defesa - Relatório: Eduard Kukan, Indrek Tarand (A8-0136/2015)

Capacidades no domínio da segurança e da defesa na Europa - Relatório: Ana Gomes (A8-0159/2015)

Situação na Hungria - Declarações do Conselho e da Comissão

Discussão conjunta - Branqueamento de capitais

Prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo - Recomendação para segunda leitura: Krišj nis Kari š, Judith Sargentini (A8-0153/2015)

Informações que acompanham as transferências de fundos - Recomendação para segunda leitura: Timothy Kirkhope, Peter Simon (A8-0154/2015)

Discussão conjunta - Processos de insolvência

Processos de insolvência - Recomendação para segunda leitura: Tadeusz Zwiefka (A8-0155/2015)

Revisão e alargamento da Recomendação da Comissão, de 12 de março de 2014, sobre uma nova abordagem em matéria de falência e insolvência das empresas, à insolvência das famílias e a uma segunda oportunidade para pessoas singulares e agregados familiares - Declaração da Comissão

A licença de maternidade - Perguntas orais (O-000049/2015 - B8-0119/2015) (O-000050/2015 - B8-0120/2015)

Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência - Declaração da Comissão

Quarta-feira, 20 de Maio

09:00 - 11:50 DEBATE PRIORITÁRIO

Agenda Europeia em matéria de Migração - Declarações do Conselho e da Comissão

12:20 - 14:00 VOTAÇÃO

Eleição de um vice-presidente do Parlamento Europeu

Calendário dos períodos de sessão do Parlamento - 2016

Acordo de Comércio, Desenvolvimento e Cooperação com a África do Sul (Protocolo para ter em conta a adesão da Croácia à UE) - Recomendação: Davor Ivo Stier (A8-0146/2015)

Prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo - Recomendação para segunda leitura: Krišj nis Kari š, Judith Sargentini (A8-0153/2015)

Informações que acompanham as transferências de fundos - Recomendação para segunda leitura: Timothy Kirkhope, Peter Simon (A8-0154/2015)

Processos de insolvência - Recomendação para segunda leitura: Tadeusz Zwiefka (A8-0155/2015)

Autocertificação de importadores de certos minerais provenientes de zonas de conflito e de alto risco - Relatório: Iuliu Winkler (A8-0141/2015)

Diretiva delegada da Comissão que altera, para efeitos de adaptação ao progresso técnico, o Anexo III da Diretiva 2011/65/UE do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito a uma isenção para a utilização de cádmio em aplicações de iluminação e de retroiluminação de monitores

Regulamento Delegado da Comissão (UE) n.º .../..., que altera o Regulamento (CE) n.º 376/2008 no que diz respeito à obrigação de apresentar um certificado de importação de álcool etílico de origem agrícola, e que revoga o Regulamento (CE) n.º 2336/2003 que estabelece certas normas de execução do Regulamento (CE) n.º 670/2003 do Conselho que estabelece medidas específicas relativas ao mercado do álcool etílico de origem agrícola 9

A licença de maternidade - Proposta de resolução

Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência - Proposta de resolução
Surto da bactéria Xylella fastidiosa que afeta as oliveiras - Propostas de resolução

15:00 - 23:00

Relatório de 2014 referente aos progressos realizados pela Turquia - Declarações do Conselho e da Comissão

Situação na Etiópia - Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança

Situação na Antiga República Jugoslava da Macedónia - Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança

Cimeira da Parceria Oriental (21-22 de maio) - Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança

Cimeira UE-CELAC (de 10-11 de junho) - Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança

Iniciativa para o Emprego dos Jovens - Pergunta oral (O-000051/2015 - B8-0551/2015)

Atividades baleeiras japonesas na Antártida - Declaração do Conselho

Quinta-feira, 21 de Maio

08:30 - 12:00

Taxas de crescimento na UE e previsões económicas da primavera de 2015 - Declaração da Comissão

ACER - Recursos humanos para monitorizar os mercados grossistas de energia - Pergunta oral (O-000028/2015 - B8-0118/2015)

Debates sobre casos de violação dos direitos humanos, da democracia e do primado do direito - Duração máxima: uma hora (artigo 135.º do Regimento)

Zimbabué: o caso do defensor dos direitos humanos Itai Dzamara

A difícil situação dos refugiados Rohingya, incluindo as valas comuns na Tailândia

Suazilândia: o caso dos ativistas dos direitos humanos Thulani Maseko e Bheki Makhubu

12:00 - 14:00 VOTAÇÃO

Propostas de resolução relativas ao debate sobre casos de violação dos direitos humanos, da democracia e do primado do direito (artigo 135.º do Regimento)

Execução da Política Comum de Segurança e Defesa - Relatório: Arnaud Danjean (A8-0054/2015)

Financiamento da Política Comum de Segurança e Defesa - Relatório: Eduard Kukan, Indrek Tarand (A8-0136/2015)

Capacidades no domínio da segurança e da defesa na Europa - Relatório: Ana Gomes (A8-0159/2015)

Relatório de 2014 referente aos progressos realizados pela Turquia - Proposta de resolução